

INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA: TRANSGRESSÕES E RESISTÊNCIAS NA PANAMAZÔNIA

THE SOUTH AMERICAN REGIONAL INFRASTRUCTURE INTEGRATION: TRANSGRESSIONS AND RESISTANCES IN THE PANAMAZÓNIA

INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SUDAMERICANA: TRANSGRESIONES Y RESISTENCIAS EN LA PANAMAZÓNIA

ELDER ANDRADE DE PAULA

AGB - Seção Local Rio Branco e Professor do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma versão adaptada ao padrão editorial da Revista Terra Livre de uma conferência apresentada na Mesa: “Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA): integração, desenvolvimento e sustentabilidade”, constante no V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado em Belém (2011). O objetivo principal é mostrar que na panamazônia, a implantação dos grandes projetos elaborados no escopo da IIRSA, acaba perturbando a reterritorialização instituída nos marcos do “capitalismo verde” na virada do século XX. Nesse cenário em que as transgressões se convertem em regras permanentes e o subimperialismo brasileiro passa a ter contornos mais nítidos na América do Sul, as lutas de resistências indígenas e camponesas se defrontam com uma ordem de desafios de maior complexidade, que envolvem desde o histórico confronto interno com a concentração da propriedade da terra, da renda e do poder até as questões relacionadas com o re-ordenamento de ordem geopolítica mundial.

Palavras-chave: IIRSA; Panamazônia; capitalismo verde; Resistências indígenas e camponesas; Amazônia e Geopolítica

Abstract: In this article, we present an adapted version to the standards of the “Tierra Libre” magazine’s editorial from the Conference presented during the table: “Integración de la

Infraestrutura Regional Suramericana (IIRSA): integration, development and sustainability”, appearing at the VI National Symposium on Agrarian Geography, in Belém (2011). The main goal is to show that the implementation of large projects in Panamazonia developed within the scope of the IIRSA, ends up disrupting the territory re-arrangement instituted by the “green capitalism” at the beginning of the 20th century. In this scenario where the transgressions become permanent rules and the Brazilian subimperialism presents sharper contours in South America, the resistance struggles of peasant and indigenous people’s faced several challenges of greater complexity involving the historical confrontation with the concentration of land, income and power, as far as issues related to the new geopolitical world order.

Keywords: IIRSA; Panamazonia; Green capitalism; Peasant and indigenous resistance; Amazon and Geopolitics

Resumen: En este artículo, presentamos una versión adaptada para la editorial de la revista “Tierra libre” de una Conferencia presentada en la mesa: “Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA): integración, desarrollo y sostenibilidad”, realizada en el V Simposio Internacional sobre geografía agraria: VI Simposio Nacional de Geografía Agraria, celebrado en Belém (2011). El principal objetivo es mostrar que en la panamazonia, la implementación de grandes proyectos desarrollados en el marco de la IIRSA, termina interrumpiendo la reconfiguración territorial instituida dentro del marco del “capitalismo verde” a comienzos del siglo XX. En este escenario en el que las transgresiones se convierten en reglas permanentes y el subimperialismo brasileño va a presentar contornos más nítidos en América del Sur, las luchas de resistencia indígena y campesina se enfrentan con una serie de retos de mayor complejidad, que van desde el histórico enfrentamiento interno con la concentración de la propiedad de la tierra, de los ingresos y del poder, a cuestiones relacionadas con el nuevo orden geopolítico a nivel mundial.

Palabras clave: IIRSA; -Panamazonia; Capitalismo verde; Campesinos y resistencia indígena; Amazonía y geopolítica

INTRODUÇÃO

Em um balanço publicado recentemente “IIRSA 10 años después: sus logros y desafíos” (BID-INTAL, 2011), o tema da “Infraestructura y desarrollo sostenible” ocupou cinco das 169 páginas do referido balanço. Além do reduzido espaço reservado ao problema, a abordagem está permeada por divagações alusivas as supostas virtudes da instituição de novos marcos regulatórios ambientais e participação de múltiplos atores da sociedade civil nos processos decisórios. O que nos chamou mais atenção, todavia, foi o último parágrafo da página 41, que traduzimos a seguir, “A pesar de todos estes avanços no plano

institucional dos governos sul americanos, as capacidades de acompanhamento, fiscalização e sanção das autoridades não são suficientes. Em consequência, os atores sociais percebem que nem sempre se cumprem os objetivos da legislação“ (BID-INTAL, 2011, 41)

A constatação supra prima por duas afirmações primorosas: a primeira, diz respeito à suposta “precariedade institucional” para implementar o marco regulatório ambiental; a segunda refere-se ao deliberado descumprimento dessa regulação. Vale ressaltar, que esse desenho institucional obedeceu rigorosamente à matriz das reformas do Estado, impostas na América latina por agentes multilaterais como BID, um dos autores dessa formulação. Na realidade, sabemos que esse tipo de diagnóstico acaba sendo muito conveniente para ocultar as causas fundamentais da produção destrutiva capitalista, também em terras latino-americanas.

Diante do exposto, para abordar o tema proposto na Mesa: **“Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA): integración, desenvolvimento e sustentabilidade”** optamos por tomar a “sustentabilidade” e sua interface com a “integração” como eixo central para ser problematizado. Tal procedimento deriva da interpretação de que o uso instrumental da denominada “questão ambiental” conferiu uma maior complexidade nas reconfigurações de ordem geopolítica mundial. Seja nas estratégias adotadas para legitimar a espoliação capitalista, ou nas definições das agendas dos diversos sujeitos coletivos que protagonizam as lutas de resistência em geral e na Panamazônia em particular. Ao mesmo tempo, o enfrentamento dessa questão adquire cada vez mais centralidade na vida contemporânea.

Ao adotarmos esse procedimento, chegamos à conclusão de que a marcha de implantação dos grandes projetos na panamazônia desenhados no âmbito da IIRSA, à medida em que impactam áreas destinadas a conservação ambiental, a tem colocado em conflito com as transgressões mais recentes¹ instituídas no processo de re-territorialização capitalista. Nos referimos àquela inscrita na matriz do capitalismo verde, capitaneada pelo Banco Mundial, USAID e grandes ONGs ambientalistas internacionais. Nesse cenário em que as transgressões se convertem em regras permanentes e o subimperialismo brasileiro passa a ter contornos mais nítidos na América do Sul, as lutas de resistências indígenas e camponesas se defrontam com uma ordem de desafios de maior complexidade, que envolvem desde o histórico confronto interno com

1 Devemos lembrar que desde os adventos da colonização européia, da edificação dos Estados nacionais no sub continente sul americano e a consolidação de suas respectivas fronteiras, a Amazônia continental tem sido submetida a transgressões permanentes para fins de “adaptação” aos imperativos da acumulação incessante do capital.

a concentração da propriedade da terra, da renda e do poder até as questões relacionadas com o re-ordenamento de ordem geopolítica mundial

Nas três seções² apresentadas a seguir: A sustentabilidade no e para o capitalismo verde; IIRSA e o papel do Brasil na integração Sul americana e nas conclusões, procuramos pontuar os elementos considerados mais relevantes para refletirmos sobre o problema proposto.

A SUSTENTABILIDADE NO E PARA O CAPITALISMO VERDE

Como sabemos, a crença nas possibilidades de compatibilizar desenvolvimento capitalista e conservação ambiental passaram a ser massificadas com maior intensidade a partir da “Rio 92”. Foi nessa Conferência Mundial sobre Clima, auspiciada pela ONU, que os postulados do Relatório Brundtland (1987) – satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras – ganharam maior visibilidade. Em um período marcado pela derrota do socialismo realmente existente, ganharam força idéias mais pragmáticas, como àquelas pautadas em procedimentos normativos voltados para esverdear o capitalismo.

A despeito da existência de problemas fundamentais de ordem estrutural relacionados com os imperativos da acumulação incessante do capital, passou-se a crer nas possibilidades de “domar” os ímpetus destrutivos do capitalismo. Enquanto no setor industrial anunciava-se a intensificação do uso de tecnologias menos poluentes, de novos investimentos tanto governamentais quanto do setor privado nesse tipo de iniciativa, nos “campos e florestas” tomavam-se uma série de medidas voltadas para conter a expansão da produção destrutiva do capital. Além do mais, no caso da Panamazônia, a imposição por parte de organismos multilaterais como BIRD e BID e de um novo disciplinamento do uso do território parecia, de fato, inaugurar um novo tempo. Expressava esse otimismo ao contemplar parcialmente demandas históricas dos povos indígenas e parcelas do campesinato por terra e territórios, via demarcação de terras indígenas e criação de unidades de conservação.

Em síntese, pode-se afirmar que na virada para o século XXI construiu-se um ambiente otimista em relação a um progressivo esverdeamento do capitalismo. Dado que ele aparece inicialmente como “alternativa” que incorpora

2 As duas primeiras, são versões ligeiramente modificadas de um ensaio acadêmico resultante do Projeto de Pesquisa desenvolvido durante um Estágio Pós Doutoral realizado com apoio da CAPES, no Observatório Latinoamericano de Geopolítica/Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México-UNAM (2010/2011).

as demandas dos “de baixo”, esse fato foi interpretado como novo alvorecer para a humanidade. Graças a mobilização de um monumental aparato de construção de hegemonia – envolvendo agentes multilaterais, grandes ONGs ambientalistas internacionais, uma vasta rede de ONGs locais e organizações empresariais– em um rápido espaço de tempo, a ideologia que consubstancia o capitalismo verde, a do “desenvolvimento sustentável”, passou a definir os termos da agenda relacionada com políticas e estratégias de desenvolvimento na Panamazônia.

Todavia, esse otimismo em relação à ascensão “virtuosa” do capitalismo verde passou a ser mais fortemente contestada no período recente. Em um instigante ensaio “¿Quién construirá el arca?”, (publicado por “Este País Tendencias y Opiniones”, México, DF, n. 230, junho de 2010) Mike Davis analisa uma das interfaces entre as chamadas “mudanças climáticas” e a mais recente crise econômica mundial que eclodiu em 2008. De acordo com ele, ao reduzir a produção, a crise acaba por dar uma pequena trégua ao planeta, enquanto que em outro extremo se produzem os efeitos negativos. Davis ressalta que é improvável que a dita crise reduza a destruição da selva amazônica dado que os agricultores brasileiros tentam racionalmente defender os ganhos brutos expandindo a produção.

Mike Davis destaca, ainda, que a crise tem servido como pretexto para que as grandes empresas não cumpram seu compromisso público com as energias renováveis e para os governos, por sua parte, deixem de cumprir metas pactuadas internacionalmente. O autor cita vários exemplos em que grandes corporações transnacionais incentivam cortes em suas inversões em pesquisas em energia renovável. Segundo ele, até o próprio Yvo de Boer, (diretor da Convenção Marco das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas), admite que, enquanto persistir a crise econômica, os governos mais sensatos se mostrarão mais resistentes a impor a indústria novos gastos em forma de limites máximos as emissões de carbono.

Esta constatação de Mike Davis, somada às milhares de denúncias relativas ao não cumprimento de cláusulas ambientais por parte de governos e empresas que inundam os meios de comunicações diariamente, põe em xeque as promessas do capitalismo verde. Tais promessas fundamentam-se essencialmente no aprofundamento da racionalidade científica como guia para harmonizar capital e natureza. Ancoradas no consenso firmado em torno do Relatório Brundtland³ (1987) e na ideologia do “desenvolvimento sustentável”, nutrem

3 Após duas décadas de debates no âmbito das ONU, visando compatibilizar “desenvolvimento” e “meio ambiente”, no referido Relatório anunciou-se então o “achado” para o dilema através de um conjunto

expectativas em torno da esperança de que gradualmente empresas e governos adotem modelos produtivos “ambientalmente corretos”.

Em que pesem as críticas e evidências do malogro dessas “profissões de fé” em torno da factibilidade de harmonização entre os imperativos do capital e conservação do meio ambiente, o seu “núcleo duro” parece inabalado. O Relatório “Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication” (Rumo a uma economia verde: caminhos para a erradicação de pobreza e desenvolvimento sustentável <http://www.unep.org>), publicado pela ONU em 2011 – formulado para “contribuir” com a conferência mundial Rio +20, que será realizada no Rio de Janeiro em 2012 –, reitera com impressionante nitidez as crenças no “desenvolvimento sustentável”, ressaltando, todavia, que os seus três pilares fundamentais – o econômico, o ambiental e o social – recebam tratamento equânime no planejamento e nas políticas de desenvolvimento econômico. O Relatório procura aclarar o que denomina como “mitos e equívocos” em torno da economia verde, assim descrito na resenha formulada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (entidade que reúne empresários do setor industrial brasileiro):

O primeiro deles refere-se à existência de um dilema incontornável entre sustentabilidade ambiental e progresso econômico. Há evidências substanciais que o enverdecimento das economias não inibe as oportunidades de criação e de utilização de riqueza. Ao contrário, muitos setores verdes oferecem oportunidades significativas de investimento, crescimento e emprego. Outro mito que o estudo procura combater é aquele que vê a economia verde como um luxo acessível apenas aos países mais industrializados, ou pior, como um estratagema das nações desenvolvidas para conter o desenvolvimento e perpetuar a pobreza nos países em desenvolvimento. Contrariamente a esta percepção, o estudo traz numerosos exemplos de transições para economia verde encontrados no mundo em desenvolvimento, que podem ser replicados em outros lugares. (http://www.iedi.org.br/artigos/artigos/artigos/chamada_carta.html, acesso: maio/2011)

Ainda segundo o referido Relatório, uma “economia verde” se caracterizaria por possuir, entre outros traços, “o reconhecimento do valor do capital natural e investimento nele, a promoção e utilização mais eficiente de recursos

.....
de proposições normativas voltadas para assegurar “a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”.

e energia; conservar e recuperar o capital natural e contribuir para a redução da pobreza”. Em uma excepcional crítica a esses postulados difundidos pela ideologia do “desenvolvimento sustentável”, Norman Wray (2008), afirma que os usos práticos dessa expressão partiu dos países industrializados, como “um ato de fé” para obter crescimento econômico sem destruir o meio ambiente. O paradigma econômico sobre o qual se apóia este “ato de fé”, continua o referido autor, seria: 1) a sustentabilidade entendida como soma do capital natural e artificial; 2) enquanto não exista uma redução do global, estes dois capitais seriam intercambiáveis, somáveis e restituíveis; 3) a forma de regular as desordens ambientais é através da “internalização das externalidades”. Concretamente, diz ainda o referido autor, esse paradigma tem sido sistematicamente criticado argumentando-se que “os elementos da natureza (capital natural) não podem ser usados e convertidos em uso produtivo (capital artificial) e depois voltar ao seu estado original, como por ato de magia ou de artifício tecnológico” (http://www.ruptura25.org/index.php?option=com_content&task=view&id=325&Itemid=51, tradução nossa).

Dadas as incongruências apontadas por Norman Wray, caberia indagar-nos sobre as razões de tamanho êxito dessa ideologia em curtíssimo espaço de tempo. Além da eficiência do aparato de construção de hegemonia, pode ser interpretado como a resignação com o “mal menor” advindo da suposta inexorabilidade do desenvolvimento capitalista. Como mencionamos anteriormente, a emergência do capitalismo verde como “alternativa”, ocorre sob contexto de uma monumental ofensiva ideológica no sentido de afirmar as “leis de mercado” como horizonte único da humanidade, afiançada, sobretudo, na derrocada do chamado “socialismo real” existente na URSS e Leste Europeu. As reformas orientadas pela doutrina neoliberal⁴, em escala mais abrangente, expressaram essa pretensão. Essa percepção de nível mais geral nos ajuda a compreender os desdobramentos de caráter mais particular, isto é, os esforços para apresentar um corpo coerente de idéias que conferem legitimidade mais ampla as adaptações operadas no capitalismo verde.

O termo “sustentável” figura na era do capitalismo verde como se fosse um “salvo conduto”. Com o carimbo da “autoridade científica”, o que antes era exploração predatória, agora passa a ser denominado “exploração sustentável”, isto é, procura-se manipular os aportes da ciência para fins de legitimação do processo de exploração em curso. Não se pode esquecer, como adverte Mészá-

4 Como o define Roitman (S.d.) o neoliberalismo Supõe a re-fundação do poder e da ordem política. Seu objetivo é impulsionar as reformas do Estado para fins de compatibilização da modernização com seus pressupostos gerais.

ros (2002, p. 254), que sob a lógica da acumulação capitalista, o “terreno da ciência e tecnologia” precisa estar “rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e acumulação do capital”. Por esta razão, ciência e tecnologia sempre tiveram de ser utilizadas com enorme seletividade, conforme o único princípio de seletividade à disposição do capital. A ciência e a tecnologia, continua Mészáros,

(...) mesmo as formas existentes de conhecimento científico, que até poderiam combater a degradação do ambiente natural, não podem se realizar porque interfeririam com o imperativo da expansão inconsciente do capital; para não mencionar a recusa em dar andamento aos projetos científicos e tecnológicos que, se tivessem a necessária escala monumental, compensariam a piora de toda a situação (..) só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuir diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema.

Em termos do re-ordenamento da geopolítica mundial, o “esverdeamento” do capitalismo tem sido fundamental para orientar e legitimar as políticas e estratégias imperiais voltadas para o controle dos territórios dotados de bens naturais estratégicos. Sob a suposta neutralidade da chamada “agenda ambientalista” internacional, procura-se uniformizar um padrão de exploração dos bens naturais em escala planetária.

Essa agenda consegue dissimular de forma magnífica os interesses subjacentes à espoliação praticada na era do capitalismo verde. Para tanto, mobiliza cinco eixos argumentativos que consideramos centrais: 1) idéia de que as mudanças climáticas – identificadas como principal problema do planeta – afetam por igual à população planetária, logo todos estariam interessados no equacionamento desse problema; 2) afirmação da esperança de superação do problema através do uso da racionalidade científica como guia fundamental para uma planificação estratégica do uso “sustentável” dos bens naturais; 3) em decorrência dos dois anteriores e dado que o núcleo mais avançado da ciência se encontra localizado nos ditos “países desenvolvidos”, propõe-se uma “cooperação internacional” pautada na defesa de uma democracia orientada para a consecução de uma “governança ambiental”; 4) defesos das convenções e tratados internacionais sobre clima e florestas como referência para adaptações no ordenamento jurídico-político interno dos Estados nacionais e 5) centralidade do Mercado como “alternativa” para implementação de práticas produtivas

conservacionistas via “parcerias” empresas-comunidade. Estes cinco eixos de argumentação expressam com muita sagacidade a aparente preocupação com o “bem comum”, sob uma visão reciclada dos liberalismos que envolvem a dimensão mercantil, ambiental, científica e a política com aparente sobrevalorização da “sociedade civil”, desde a local até a internacional.

Como bem argumentou Souza (2007, p. 83), ao analisar as “reformas do Estado” e sua interface com a questão ambiental, a exaustiva massificação da expressão “governança ambiental” cumpre exemplarmente o papel de ocultar os interesses contraditórios existentes no processo de dominação imperialista,

(...) o termo governança está presente no processo de “reformas” do Estado que teve como características mais marcantes a “flexibilização” da soberania dos Estados nacionais periféricos, a transformação do público em privado e a “abertura” da sociedade política à participação da “ilibada” sociedade civil, sacada de sua base material e esterilizada de interesses conflitantes (de classes e nacionais). O termo governança ambiental tem sua gênese no mesmo processo e é marcado pela mesma idéia. A diferença está em seu caráter ambientalista, questão que, supostamente, estaria também acima dos interesses nacionais e de classes. É como se o interesse e o dever em cuidar do meio ambiente sobrepujassem quaisquer outros interesses. Diante do caráter universalista, neutro e nobre que é atribuído à questão ambiental, todos os outros interesses e reivindicações seriam particularistas, egoístas ou mesmo espúrios.

O aparato mobilizado para construir consenso em torno dessa agenda é dotado de uma sofisticação sem precedentes na história do capitalismo. Na era do capitalismo verde, o alargamento da esfera da sociedade civil – através da multiplicação de formas organizativas que abarcam múltiplas dimensões do universo socioeconômico, político e cultural – é acompanhado de inovações substanciais no processo de transmissão de conhecimentos e conformação de visões de mundo. Através da atuação de uma ONG junto a um determinado povo ou comunidade pode-se envolver a participação de pesquisadores vinculados a empresas ou universidades, sindicatos, associações, instituições governamentais, representações religiosas, agências de “cooperação internacional” etc. Ou seja, a projeção do “espaço total” se dá de forma mais intensa e articulada nos micro espaços que compõem a totalidade do processo de reprodução social. Uma das conseqüências imediatas é a compressão das margens de autonomia ainda existentes nos interstícios de processos produtivos permeados

pela subsunção formal do trabalho.

As transformações operadas na divisão internacional do trabalho e seus reflexos nos circuitos que integram produção de matéria-prima e indústria – que pode articular diretamente em alguns casos, como na produção de cosméticos, desde o trabalho de extração de óleos essenciais realizado por integrantes de uma aldeia do povo Kayapó na Amazônia brasileira com o processamento final do produto em um laboratório de biotecnologia de propriedade de uma corporação transnacional sediada nos Estados Unidos – repercutem diretamente nessa perda de autonomia. Poder-se-ia argumentar que não há grandes novidades aí, uma vez que uma parte dos povos indígenas da Amazônia continental concorreu para a produção de borracha natural que abasteceu a indústria sediada nos Estados Unidos e Europa entre o final do século XIX e meados do XX. As diferenças, contudo, são enormes. Agora não é mais o “patrão seringa-lista” que exerce o lugar central na organização da produção de matéria-prima, ela tem múltiplos agentes atuando na sofisticada forma supra mencionada.

Com a evolução dos negócios relacionados com o capitalismo verde – exploração madeireira certificada com “selo verde”, prospecção e patenteamento de produtos da biodiversidade, Serviços Ambientais, mercantilização do ar via bônus de crédito de carbono⁵, instituído através do mecanismo Redução de Emissão por Degradação e Desmatamento-REDD.

Vale ressaltar que apesar de esse tema vir adquirindo crescente destaque na agenda ambientalista internacional, é a partir de 2009 que se tomam ofensivas de maior envergadura para sua implementação em larga escala. No Relatório do PNUMA 2010 aparecem recomendações explícitas nesse sentido. Ao nos perguntarmos sobre tal acontecimento, uma das hipóteses que aventamos foi a de que o capital financeiro encontrou no ar uma forma de recompor com maior rapidez parte do capital fictício “queimado” na atual crise financeira do capitalismo. Dito de outro modo, dado que grande parte do capital fictício “voou pelos ares”, é no ar que deve ser buscada uma forma de recompô-lo. Tal engenhosidade guarda estrita coerência com o “espírito do capitalismo”.

Essa estupenda escalada da mercantilização da natureza nas duas última décadas se processa transgredindo direitos de povos indígenas e populações camponesas. Boa parte do que foi regulamentado na década de 1990, tem sido desregulamentado no período recente, como é o caso da perda da relativa autonomia de gestão nas unidades de conservação. Aquilo que se comemora como

5 De forma bem sintética, através desse mecanismo, as transnacionais sediadas nos países centrais compram o direito de continuar poluindo, através da aquisição desses créditos de carbono. O cálculo desse crédito se baseia no desmatamento evitado, tomando-se como referência uma série histórica.

“grande feito ambiental” do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais-PPG7⁶ na Amazônia brasileira, isto é, a destinação de aproximadamente um terço do seu território a unidades de conservação de uso direto e indireto, está sob questão. Não está fora dos horizontes da Amazônia brasileira e da Panamazônia a criação, a exemplo do que ocorreu na Guatemala, de movimentos dos atingidos pelas unidades de conservação. A reterritorialização orientada pela matriz do capitalismo verde, continuará transgredindo direitos territoriais para assegurar a continuidade da espoliação.

A partir do exposto, procuramos mostrar em primeiro lugar, a existência de uma dupla face do capitalismo verde: a que se apresentou inicialmente como “incorporadora de direitos e preocupações com a conservação ambiental” e a atual, pautada nas transgressões desses direitos para fins de satisfação da lucratividade do capital com os “negócios ambientais”. Em segundo lugar, a idéia de que em termos do re-ordenamento da geopolítica mundial, o esverdeamento do capitalismo tem sido fundamental para orientar e legitimar as políticas e estratégias imperiais voltadas para o controle dos territórios dotados de bens naturais estratégicos. Chamamos atenção também para o fato de que o processo recente de reterritorialização capitalista na Panamazônia subordina-se rigorosamente à matriz do capitalismo verde imposta desde o centro do domínio imperial. Em que pesem as diferenças de ritmos de “desenvolvimento” e de ordenamento interno das relações de poder existentes em cada uma das unidades territoriais dos países envolvidos, as idéias que organizam e legitimam a espoliação são rigorosamente as mesmas.

Enfim, sob os desígnios do capitalismo verde o capital segue sua marcha destrutiva. Como mostra Harvey (2004), uma das características do desenvolvimento capitalista, atualmente, seria a combinação entre acumulação expandida e acumulação via espoliação. Comandada pelo imperialismo, a “acumulação via espoliação” é caracterizada de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”. Ela se expressa, sobretudo, na precarização das relações de trabalho, supressão de direitos sociais arduamente conquistados pelos trabalhadores no decorrer da luta de classes, privatizações, agravamento da destruição ambiental e intensificação do processo de mercantilização da natureza. Essa dimensão apontada por Harvey é fundamental para analisar criticamente essa nova fase do processo de exploração econômica na Amazônia continental. Ou seja, em vez de focalizar apenas os aspectos consi-

6 Com financiamento do “Grupo dos 7”, União Européia e Países Baixos, esse Programa foi gerenciado pelo Banco Mundial, através de um fundo criado para essa finalidade o “Rain Forest Trust Fund”. Foi instituído pelo governo brasileiro em junho de 1992 e começou a ser implantado em 1995, finalizando oficialmente em 2009.

derados positivos – as aparentes preocupações com a proteção ambiental –, é preciso atentar para a sua contra face mais perversa: as transgressões de direitos territoriais e o aprofundamento da mercantilização da natureza.

IIRSA E O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO SUL AMERICANA

Na seção anterior, procuramos problematizar a apropriação da sustentabilidade nos marcos do capitalismo verde e sua interface com a re-territorialização do capital na Panamazônia. Nesta seção, tratamos de refletir sobre o papel que o Brasil tem desempenhado na implementação dos grandes projetos que compõem a IIRSA. O aumento da influência do Brasil no continente, tornando mais visível aquilo que Ruy Mauro Marini (1976) denominou como sub-imperialismo, acabou “perturbando” essa re-territorialização do capital recém instituída na Amazônia.

Como vimos, a apropriação do discurso ambientalista pelo capital diluiu em torno da “defesa do patrimônio amazônico” uma suposta convergência de interesses entre populações locais, governos, instituições internacionais, ambientalistas e empreendimentos privados. A diversidade desses interesses, como se sabe, está associada a disputas de capitais pelo controle dessa nova fase de exploração econômica da região. Essas disputas ocorrem num contexto marcado por uma tentativa de reestruturação da ordem mundial sob o controle do império estadunidense e a busca de outros países chamados de “economias emergentes”, como Brasil, Rússia, Índia e China, de um lugar mais proeminente no “tabuleiro” do poder inter estatal.

No âmbito da geopolítica adotada pelo Estado brasileiro, o resguardo das fronteiras territoriais têm sido um componente fundamental. Sob essa perspectiva, compreende-se melhor o sentido das políticas “integracionistas” adotadas pelos governos centrais nos dois momentos decisivos da modernização capitalista no país no decorrer do século XX: a chamada “Revolução de 1930” e o golpe militar de 1964. Enquanto no intervalo de 1930 a 1964 as políticas de revitalização da produção de borracha natural, extensão de redes de comunicação, intensificação da presença militar voltavam-se mais para manter essa fronteira “ocupada”, àquelas adotadas no pós-1964, além de projetar uma modificação no perfil dessa ocupação, anuncia as pretensões de ir mais além dessas fronteiras.

Como demonstra Tilio Neto (2003), no Brasil os militares tiveram um papel preponderante na formulação da geopolítica da Amazônia e o pensamen-

to do General Carlos de Meira Matos é considerado um dos mais influentes na sua conformação. Em linhas gerais, Meira Mattos propõe a integração e fortalecimento da região amazônica não só com o território nacional, mas a percebe também na sua dimensão continental, “pensando sempre no conjunto das diversas Amazônias nacionais”. Não devemos esquecer, contudo, que essas políticas voltadas para a “integração” da Amazônia, segundo essa orientação geopolítica dos militares, pautou-se numa forte ambigüidade da defesa da soberania nacional. Por um lado, a doutrina da segurança nacional manifestava preocupações explícitas em exercer o domínio do território no sentido de evitar que fosse usado como “trincheira de lutas” por parte de movimentos guerrilheiros identificados com o “comunismo internacional”. Por outro, privilegiaram em larga escala a instalação de empresas multinacionais de grande porte na região, como foi o caso do Projeto Jari no Amapá.

Conforme analisamos em um trabalho anterior (Paula, 2008) os planos de integração da região amazônica ao processo de acumulação capitalista desencadeado no pós-1964 serão claramente influenciados por fatores de ordem geopolítica. Em linhas gerais, os traçados das rodovias visavam não só as ligações com as regiões centrais do país, mas também com os países fronteiriços,

(...), ou seja, o arco que vai de Roraima a Rondônia, e que engloba todos os afluentes da margem norte do Amazonas e parte dos afluentes da margem sul. Essa frente envolve nossas fronteiras com a Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia, e é fundamental para o desenvolvimento conjunto de uma Pan-Amazônia que possui um altíssimo nível de continentalidade da ocupação... Assim Meira Mattos propõe a criação de centros ou polos internacionais nessas regiões de fronteira, articulando a Amazônia e portanto a América do Sul. O autor sugere como candidatos três polos principais: o primeiro centrado em Boa Vista (Roraima), ligando-se a Manaus, à República da Guiana e à Venezuela; o segundo, entre Brasil, Peru e Colômbia, teria lugar às margens do rio Solimões, onde a via fluvial se apoiaria nas pequenas cidades da região fronteiriça para ligar Manaus a Iquitos, no Peru; o terceiro polo internacional seria estabelecido em torno de Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre), articulando-se com Cuiabá e Manaus e com a Bolívia (TILIO NETO, 2003, p. 109-110)

Cabe aqui fazer um parêntese. Essa formulação de ordem geopolítica levada a cabo pelas forças armadas brasileiras despertava justas preocupações

nos países fronteiriços, como ilustra uma declaração do ex presidente do Peru, general Juan Velasco Alvarado, citada por Herbas (2009). “Cuidado con Brasil”, diz Alvarado, explicando a seguir que bastava dar uma olhada no mapa para dar-se conta de onde estão as maiores frações de territórios perdidos por seu país. A estrada inter-oceânica era vista por ele como parte da estratégia expansionista do Estado brasileiro na América do Sul.

No limiar da segunda década do Século XXI, a emergência do Brasil no cenário internacional como “potência econômica emergente”, aliada ao seu destacado papel na implementação da IIRSA – notadamente via BNDES⁷ e grandes empresas sediadas no país –, tem gerado inúmeras interpretações a respeito do seu lugar no processo de integração subcontinental. Destacariamos três como fundamentais: 1) a primeira está estruturada em torno da defesa de uma integração regional baseada em formas de “cooperação” que resultariam em repartição de benefícios para todos os países envolvidos no processo. O Brasil, por suas dimensões geográficas, socioeconômicas e políticas, exerceria uma “liderança natural”; 2) a segunda interpreta a IIRSA como expressão material de um expansionismo de corte imperialista do Brasil na região; 3) a terceira, inspirada, sobretudo, nas formulações de Ruy Mauro Marini (1977), percebe essa integração como parte constitutiva do papel sub-imperialista exercido pelo Brasil na América do Sul em particular e no continente latino-americano em geral. O Brasil seria, portanto, coadjuvante do poder global comandado pelos Estados Unidos.

A primeira linha interpretativa aparece magnificamente fundamentada no artigo “América do Sul em 2022”, publicado pela Agência Carta Maior (julho de 2010), de autoria do então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães, um dos nomes mais proeminentes da diplomacia brasileira. Subdividida em 69 pontos, a análise de Guimarães põe em relevo a corrida mundial pela exploração dos bens naturais existentes na macrorregião comandada por grandes corporações transnacionais. Sob o contexto de profunda concentração de renda e enormes desigualdades estruturais internas e entre os diversos países, mas também portadora de enormes potencialidades de enfrentamento e superação das mesmas, mesmo autor argumenta que somente a integração entre os países da região poderia *contrarrestar* o poder das corporações internacionais e assim, assegurar a retenção de parte das riquezas produzidas para o uso em benefício

7 Garzón (2011) analisa a trajetória do BNDES e seu papel na internacionalização da economia brasileira nas duas últimas décadas e enfatiza o transbordamento desse processo via IIRSA. Funciona como uma articulação triangular composta por capital estatal e setores privados nacionais e internacionais.

das populações locais. Nessa integração, o Brasil ampliaria a liderança que vem exercendo atualmente nesse processo. De acordo com Guimarães,

Pelas suas características territoriais, demográficas e econômicas, e pela sua política externa, o Brasil tem adquirido importância política crescente no cenário internacional. Assim, o Brasil é hoje ator indispensável nas negociações comerciais, tanto agrícolas como industriais; nas negociações ambientais; nas questões energéticas, nos temas de desarmamento e nas negociações de reforma financeira e de reforma política. Suas dimensões o tornaram de grande interesse para os investimentos das grandes empresas multinacionais que no Brasil estabelecem as bases para suas operações na região. Estas circunstâncias tornam a atuação do Brasil na América do Sul, em outras regiões e nas Nações Unidas de uma relevância cada vez maior, sendo o país cada vez mais chamado a participar de forma mais central em foros de negociação e de articulação política, em comparação com o que ocorre com os países vizinhos (...). Todavia, em 2022, quer se queira ou não, devido a razões econômicas, políticas e sociais, o Brasil se encontrará inserido na América do Sul de forma muito mais intensa, complexa e profunda, tanto política quanto economicamente, do que se encontra hoje (...). Muito tem sido feito pelo Brasil em termos de articulação política e de cooperação econômica nos últimos anos na América do Sul através do exercício paciente e persistente dos princípios de não intervenção, de autodeterminação e de cooperação. Mas as dimensões do desafio da América do Sul requerem esforços ainda maiores e mais persistentes, de uma duração que se deve medir por décadas (http://www-cartamaiorcom.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16822, acesso em 31/07/2010).

Ao contrário da idéia de uma suposta “cooperação virtuosa” que permeia a análise acima, a segunda linha de interpretação percebe as iniciativas do Brasil no processo de integração, mormente via IIRSA, como evidência de suas pretensões hegemônicas no continente. Com justíssima razão, elas aparecem com mais nitidez nos países vizinhos, particularmente no Peru, em razão dos impactos imediatos da IIRSA em seu território. As preocupações do general Alvarado, mencionadas anteriormente, são retomadas agora em chave ambientalista por Dourojeanni et alii (2010, p. 20, 128). De acordo com esses autores, parte substancial das obras projetadas na selva peruana estão associadas as necessidades do Brasil, cuidadosamente planejadas no âmbito da IIRSA. Além de

acessar os mercados asiáticos usando portos peruanos no Pacífico, desfrutar das fontes de energia hidráulica nos Andes orientais e explorar as jazidas de fosfato de Piura a fim de manter sua base agroexportadora, o Brasil, dizem os referidos autores, deseja ampliar seu domínio econômico sobre o continente, não cabendo dúvidas que o “Brasil tenga un antiguo sueño hegemónico suramericano, ahora posible gracias a su buena coyuntura económica”⁸ (DOURO-JEANNI *et alii* 2010, 128).

A nosso ver, o problema maior dessa linha interpretativa reside na inconsistência da análise de ordem econômica e geopolítica internacional. Ao atribuir autonomia excessiva ao Brasil e aos supostos interesses nacionais a ela subjacentes, perde de vista os elos que vinculam o Estado brasileiro e as empresas sediadas em território nacional à dinâmica de acumulação capitalista planetária, conforme veremos a seguir. Ademais, neste caso, o diagnóstico depõe contra as conclusões, uma vez que mostra com nitidez que tanto a infra-estrutura quanto as atividades produtivas principais estão voltadas para satisfação de demandas externas. Todavia, como bem esclarece Ceceña em uma entrevista concedida a Revista “Contra Corrente” (Publicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, edição impressa de novembro de 2009. Brasília-DF), em que pese o fato de a IIRSA inserir-se em “um desenho estratégico desde os centros de poder hegemônicos (nos Estados Unidos), é evidente que um projeto dessa magnitude favorece também aos ‘interesses econômicos locais’, de empresas que dele se beneficiam”.

Com respeito à terceira linha interpretativa – que interpela essa integração via IIRSA como parte constitutiva do papel sub-imperialista desempenhado pelo Brasil na região –, as análises formuladas por Ana Esther Ceceña figuram como as mais influentes no âmbito da teoria crítica latino-americana. No trabalho mais difundido a respeito desse tema, “Territorialidad de la Dominación, Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)”, Ceceña (2008) mostra que a IIRSA insere-se no processo mais geral de acumulação mantendo as hierarquias estabelecidas pela hegemonia estadunidense e reforçando centros de poderes regionalmente hegemônicos, como é o caso do Brasil na América do Sul. A corrida pelo saque dos bens naturais envolveria uma trama de articulações envolvendo empresas transnacionais e suas associadas locais com o apoio do aparato estatal. Na entrevista, Ceceña procura aclarar ainda mais esse papel do Brasil na geopolítica mundial ao refutar a tese de que a diversificação de aliados tornaria o país um competidor com os Estados Uni-

8 Brasil tenha um antigo sonho hegemônico sul americano, agora possível graças a sua boa conjuntura econômica.

dos, efetivamente, diz Ceceña:

(...) a diversificação de sócios capitalistas permite um jogo um pouco mais versátil, em um campo de jogo definido; mas não é o caminho para sair deste campo. As insistentes propostas do governo venezuelano, buscando fortalecer posições contra-hegemônicas, foram sistematicamente rechaçadas pelo Brasil, que preferiu ser um jogador mais disciplinado, ao não enfrentar os organismos internacionais e aceitar as entradas massivas de capital estrangeiros. As empresas brasileiras que hoje são um paradigma de êxito econômico do Brasil, na verdade, já não são brasileiras. São empresas com capital brasileiro, mas que se nutriram de capital estrangeiro através de bolsas de valores internacionais, particularmente de Nova Iorque. Essa entrada de capitais, muitos deles estadunidenses, coincidiu com a ampliação das atividades dessas empresas, colocando-as em um melhor lugar no mercado mundial. O que, evidentemente, é certo é que o Brasil melhorou suas condições de negociação e sua margem de manobra (...).

Nessa mesma linha interpretativa, Luce (2007) procura atualizar a teoria do subimperialismo formulada por Marini, tomando como referência, além da IIRSA, a Área de Livre Comércio Sul-Americana – ALCSA, situando temporalmente a pesquisa no intervalo 2004-2007. Ao indagar-se sobre o “tipo de integração” pretendida pelo Brasil, analisa com profundidade as iniciativas postas em marcha pelo governo Lula nesse sentido e a expansão de empresas de capital brasileiro na América do Sul a ela associadas, bem como as contendas geradas entre Brasil e Estados Unidos nesse processo. Nas conclusões, afirma que a política de integração regional levada a cabo pelo governo Lula teria sido revestida de “um caráter subimperialista”. Isso acontece, continua o referido autor, por que

(...) a um só tempo, o regionalismo aberto faz a integração com as corporações estadunidenses para a expansão do agronegócio exportador cria as veias para a distribuição dessa produção agrícola servindo de canal também para o acesso de corporações de matriz nacional para a América do Sul, especialmente aquelas baseadas em exploração intensiva de recursos naturais (...). O subimperialismo brasileiro sob o governo Lula da Silva em sua escala adequada ao regionalismo sul-americano se desenvolveria fazendo prevalecer a esfera do consenso. A novidade dessa dinâmica, na

qual segue vigente o mesmo protagonismo das corporações e do Estado se definiria a partir das diversas políticas em que se anuncia o objetivo da redução das assimetrias no interior do subcontinente. Seria, portanto, um novo subimperialismo, um subimperialismo social (Luce, 2007, p. 116).

Em que pese à proficuidade do conjunto da análise supra, não existem evidências substantivas para sugerir a conformação, de fato, de um “subimperialismo social”. Ao contrário, pode-se constatar em fatos recentes, como o Acordo Energético firmado entre Brasil e Peru em 2010 (posterior, portanto, ao estudo realizado por Luce), que estabelece os termos da “cooperação” na construção de inúmeras hidrelétricas no território peruano. Em linhas gerais, esse Acordo reitera de forma límpida e transparente o velho estilo imperial. Outro exemplo emblemático foi o financiamento da estrada que liga Vila Tunari (Cochabamba) a San Ignacio (Beni), em seu traçado original atravessa no meio do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure – TIPNIS. Projetada no escopo da IIRSA, a referida estrada começou a ser construída pela empresa brasileira OAS com financiamento do BNDES. Neste caso, contudo, a heróica **“VIII Gran Marcha Indígena por la Defensa del TIPNIS, por la Vida, la Dignidad y los Derechos de los Pueblos Indígenas”**, que partiu de Trinidad para La Paz em 15 de agosto, logrou espetacular vitória ao impedir que as obras sigam esse traçado.

A novidade a nosso ver estaria em outro aspecto apontado por Luce, a “construção de consenso” em escala subcontinental. O que precisaria ser investigado, portanto, é como se logrou obter um consenso dessa magnitude e que implicações esse fato tem na luta de resistência anticapitalista nessa região. Neste sentido, acreditamos que em “Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana” Regalado (2008), ao analisar a formação e trajetória do Fórum de São Paulo, aporta ricas pistas para essa reflexão, especialmente no que diz respeito às relações instituídas pelo Partido dos Trabalhadores com a esquerda latino-americana⁹. Haveria que investigar as possíveis relações entre esse fato e o desencadeamento processual de formação de um consenso “desde abaixo”.

Enfim, a guisa de conclusão desse preâmbulo pode-se afirmar que ao tomarmos com o devido rigor o conceito de hegemonia na acepção de Gramsci – processo de direção que, mais além do âmbito das esferas econômica e política, envolve a forma de ver e pensar o mundo dos “de baixo” de acordo com

 9 Em 1990, sob iniciativa do PT se realiza em São Paulo um encontro de diversas organizações de esquerda de América Latina e Caribe. Denominado com “Foro de São Paulo”, até 2005 seriam realizados 14 Encontros tendo lugar em diversos países da região e envolvendo um pouco mais de meia centena de organizações políticas.

a visão emanada pelos “de cima” – não encontramos nada que possa afiançar a suposta emergência de uma “hegemonia brasileira”, concorrente com a hegemonia estadunidense. O que tem ocorrido no caso que estamos analisando são disputas de interesses pontuais envolvendo grandes empresas na disputa pela exploração dos bens naturais e, como sucede sempre na dinâmica de acumulação capitalista internacional, os Estados nacionais tomam parte nessas contendas. O Estado brasileiro se fortaleceu na última década e aumentou sua influência econômica e política na região abrindo novos espaços de ação para as grandes empresas sediadas no país. Contudo, esse movimento se processou sob a hegemonia estadunidense. Em outras palavras, não se pode confundir concorrência intercapitalista com disputa de hegemonia, apesar de esses dois movimentos não estarem organicamente dissociados.

CONCLUSÃO

Com o exposto, tivemos a pretensão de contribuir mais diretamente com as reflexões acerca das **“Questões Agrárias na Panamazônia no Século XXI: usos e abusos do território”**, propostas nesse evento. Ao priorizarmos a análise das interfaces entre sustentabilidade e integração no âmbito da IIRSA, procuramos colocar em evidência a monumental complexidade para compreendermos as tramas que organizam o processo de espoliação e os usos e abusos desses territórios daí decorrentes. Neste sentido, tanto o capitalismo verde quanto o desenvolvimentismo reciclado expressam a dupla face da mesma moeda. O primeiro admite a permanência dos povos indígenas e populações camponesas em parte de seus territórios, porém, destituídos de autonomia para “poder fazer” suas existências de acordo com suas percepções de sustentabilidade. O segundo, também os admite nesta condição, desde que não estorvem a espacialização dos grandes projetos.

Finalmente, para além desses aspectos de ordem mais geral, devem-se levar em conta os efeitos de uma ingerência maior do Estado brasileiro e os grupos de capitais a ele associados, na Panamazônia, via IIRSA. A julgar pelo tratamento dispensado pelo Estado brasileiro ao longo de sua história aos povos indígenas e populações camponesas, não só da Amazônia como de todo território nacional, não há motivos para acreditar que “do lado de lá das fronteiras” possa atuar de forma menos perversa. Os casos de transgressões praticadas contra os direitos territoriais vêm crescendo tanto no Brasil (seja descumprindo ou mudando legislação) quanto nos países vizinhos, o mais recente foi o de TIPNIS. Todavia, esperamos que a exemplo da determinação que conduziu

aquela heróica vitória indígena, se somem outras tantas, do lado de lá e do lado de cá das fronteiras amazônicas, como fazem, agora, os povos do Xingu em luta contra a hidrelétrica de Belo Monte. Oxalá repitam o êxito da VIII Gran Marcha Indígena por la Defensa del TIPNIS, por la Vida, la Dignidad y los Derechos de los Pueblos Indígenas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo. 2004.

ALLARD, Jean-Guy & GOLINGER, Eva. USAID, NED y CIA: la agresión permanente. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. 2009.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edunesp. 1996.

BASPINEIRO, Alex Contreras. Marcha indígena en un gobierno indígena. Disponível em <http://alainet.org/active/39049>. Acesso em julho de 2010.

BID-INTAL. IIRSA 10 años después: Sus logros y desafíos 1ª Edición – Buenos Aires 2011 http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/lb_iirsa_10_a%C3%B1os_sus_logros_y_desafios.pdf (Acesso novembro de 2011).

CASANOVA, Pablo G. Sociología de la explotación. Buenos Aires: CLACSO. 2006.

CECEÑA, Ana Esther. Derivas del mundo en el que caben todos los mundos. México: Siglo XXI/CLACSO. 2008.

CECEÑA, Ana Esther, AGUILAR, Paula & MOTTO, Carlos. Territorialidad de la dominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Disponível em <http://alainet.org/images/IIRSA.pdf>. Acesso em julho de 2011.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. Elogio de la diversidad: globalización, multiculturalismo e etnofagia. México: Siglo XXI. 2006.

DOUROJEANNI, Marc et alii. Amazonía peruana en 2021: explotación de recursos naturales e infraestructura ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significa para el futuro? 2. ed. Lima: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental. 2010.

FLECK, Leonardo et alii. Estrategias de conservación a lo largo de la carretera Interoceánica en Madre de Dios, Perú: un análisis económico-espacial. Conservation Strategy Fund/Conservación Estratégica, Serie Técnica. n. 20, marzo de 2010. Disponible em http://conservation-strategy.org/sites/default/files/field-file/20_IOS_0.pdf. Acesso em 27/07/2011.

YÁÑEZ, Ivonne. Geopolítica de los recursos naturales y Acuerdos Comerciales en Sudamérica. APRODEH - Derechos Humanos y TLC. Disponible em http://www.aprodeh.org.pe/tlc/documentos/ivonne_yanez.pdf. 2005. Acesso em 27/07/2011.

GARCÉS V. Fernando. “Ordenamiento territorial, recursos naturales y Asamblea Constituyente en Bolivia: ¿hacia un Estado plurinacional?” In: CHONG, Natividad (org.). Estados y Autonomías en democracias contemporáneas. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales. 2008.

GARZÓN, Luis F. Novoa. BNDES y es desborde imperialista de Brasil. Disponible em <http://www.geopolitica.ws/home.php>. 2011. Acesso em março de 2011.

GONZALEZ, Miguel, MAYOR, Araceli & ORTIZ-T, Pablo. La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América latina. Quito: FLACSO-GTZ-IWGIA-CIESAS-UNICH. 2010.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes. 1978.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola. 2004.

HERBAS, José F. Geopolítica y armamentismo en América Latina. Oruro: Latino. 2009.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque e a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

LINERA, Álvaro G. La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. Buenos Aires: CLACSO/Prometeo. 2008.

LUCE, Mathias S. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. 71. ed. Lima: Biblioteca Amauta. 2005.

MARINI. Ruy Mauro. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos Políticos, México: Era, n. 12, abril-junio, p. 20-39. 1977.

MÉSZÁROS, Istivan. Para além do capital. Campinas: Ed. Unicamp/Boitempo. 2002.

MOLINA, Wilder; VARGAS, Cynthia & SORUCO, Pablo. Estado, identidades territoriales y autonomías en la región amazónica de Bolivia. La Paz. Fundación PIEB. 2008.

MORAIS, M. de Jesus. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2008.

OLIVEIRA, Marcos B. “Desmercantilizar a tecnociência”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Conhecimento prudente para uma vida descente: um discurso sobre as ciências “revisitado”. São Paulo: Cortez. 2004.

PAULA, Elder & SILVA, Silvio. “Floresta, para que te quero?: da territorialização camponesa à nova territorialidade do capital”. Revista NERA, São Paulo, v. 11, n. 12. 2008.

PAULA, Elder & SILVA, Silvio. “Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes”. Revista NERA, São Paulo, v. 11, n. 13. 2008.

PAULA, Dilma & PAULA, Elder. “Agronegócio e ambientalismo: reconstruindo

hegemonias”. Comunicação apresentada no VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. Anais. Quito: Alasru/Clacso. CD Rom. 2006.

PAULA, Elder A. (Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac. 2005.

PAULA, Elder A. “O conto da ‘floresta pública’ e o canto da sereia: lei 11.284/2006”. In: CPT (org.) Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia: CPT Nacional Brasil. 2006.

PAULA, Elder A. Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. Observatorio Latinoamericano de Geopolítica. Disponível em <http://www.geopolitica.ws/home.php>. 2007. Acesso em 27/07/2011.

PAULA, Elder A. “¿Alternativa de desarrollo o explotación vestida de verde?” Comunicação apresentada ao III Seminario Internacional “Experiencias y formulaciones en la construcción de desarrollos alternativos”, Puebla. 2010.

PAULA, Elder A. & MORAIS, M. de Jesus. “El Porvenir: o 11 de setembro para mais além da Amazônia boliviana”. Comunicação apresentada ao VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural (ALASRU), Porto de Galinhas. 2010.

PAZ, Sarela et alii. “Nuevas dinámicas de territorio y poder: materiales para reflexionar acerca de las luchas local/regionales en Bolivia”. In: LASERNA, Roberto et alii. Poder y cambio en Bolivia 2003-2007. La Paz: Embajada del Reino de los Países Bajos; Fundación PIEB. 2009.

PEREIRA, João M. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2009.

REGALADO, Roberto. Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana. Ocean Sur, México. 2008.

RIVERA, Cusicanqui Silvia. Ch’ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón. 2010.

ROITMAN, Marcos. Pensamiento sociológico y realidad nacional em América Latina. Edición exclusiva para Rebelión. Disponível em <http://www.rebelion.org/>. Acesso em julho de 2009. (S.d.).

SCHWARZ, Laura M. L. O processo internacional de elaboração de políticas para as florestas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 2008.

SILVA, Silvio S. Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. Tese de doutorado em Geografia apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. Presidente Prudente-SP. 2005.

SOLOGUREN, Ximena Soruco. ¿Sin porvenir?: conquista y autonomía en el oriente boliviano. Fundación Tierra. Disponível em <http://www.ftierra.org>. 2009. Acesso em 27/07/2011.

SOUZA, Israel D. Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre. Rio Branco-AC. 2007.

TAPIA, Luis. Pensando la democracia geopolíticamente. La Paz: Muela del Diablo/Comuna/CLACSO/CIDES-UMSA. 2009.

TAPIA, Luis et alii. “Democracia, poder y cambio político en Bolivia”. In: LASERNA, Roberto et alii. Poder y cambio en Bolivia 2003-2007. La Paz: Embajada del Reino de los Países Bajos; Fundación PIEB. 2009.

THOMPSON, Edward P. Senhores & caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TILIO NETO, Petronio de. Soberania e ingerência na Amazônia brasileira. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP. 2003.

TOUSSAINT, Eric. Banco Mundial: el golpe de Estado permanente. Quito: Abya Yala. 2007.

USAID. Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica: desenho, atividades propostas e resultados esperados. Disponível em <http://www.blogdoalon.com/~ftp/~usaid/~abci/~jan07.pdf>. 2007. Acesso 10/07/2011.

ZALDÍVAR, Víctor B. Capital social y etnodesarrollo en los Andes. Quito: Centro Andino de Acción Popular – CAAP. 2005.

ZIBECHI, Raúl. El Estado contra los pueblos indios. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=109959>. 2010. Acesso em 27/07/2011.

WRAY, Norman. Desarrollo sustentable y buen vivir: dos nociones incongruentes. Disponível em <http://dsmonicapozo.blogspot.com/2009/09/desarrollo-sustentable-y-buen-vivir-dos.html>. 2008. Acesso 10/07/2011.